

Acções para assegurar os direitos da mulher à terra em Moçambique

Indicadores políticos

- Investir no fortalecimento das iniciativas de mulheres rurais e dos seus movimentos. Construir a sua capacidade e apoiá-las para se engajarem com os formuladores de políticas e advocarem para a mudança.
- Estar conscientes das diferentes causas da insegurança da posse, como a crescente pressão dos investimentos estrangeiros e a maneira como seus impactos são diferenciados por género.
- Desenvolver um quadro de implementação para a lei da terra e programas tais como Terra Segura, que se concentra na provisão de DUATs para os agricultores, incluindo mulheres.
- Aumentar a consciência nas comunidades locais sobre os direitos iguais das mulheres e homens à terra, e a outros recursos naturais por meio de histórias, poesia, teatro e rádio. Em particular, os documentários em vídeo tornam as vozes das mulheres mais visíveis, permitindo-lhes partilhar experiências, preocupações e demandas.



Para quem é que os direitos da terra são importantes?

O governo de Moçambique, colocou a igualdade do género e a terra no topo da sua agenda. A sua Lei de Terras de 1997, Lei da Família e programas tais como Terra Segura são progressivos. A Lei de Terras, assegura direitos iguais à terra para as mulheres e homens. Muitas mulheres ainda estão completamente desfavorecidas do acesso à terra e a outras riquezas naturais. Existe claramente uma enorme lacuna entre as leis inovadoras de terras em Moçambique e a realidade no terreno.

O programa assegurar o direito da mulher à terra em África (WLRA) mostrou como as mulheres em Moçambique podem

['Em Moçambique, as mulheres não têm direito de fazer ouvir a sua voz, por isso têm menos poder que os homens... Tentamos capacitar as mulheres para trabalharem em grupos. É isso que as torna mais fortes.']

Inez, activista local e membro do grupo das mulheres de Sofala



ter uma voz mais forte ao exigir mudanças. Combinando acção de pesquisa da LANDac, a Universidade de Utrech da Holanda, com actividades concretas da organização da sociedade civil moçambicana, Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), e a organização não governamental Fórum Mulher, o programa WLRA mudou a agenda do direito da mulher à terra em Moçambique, melhorando o conhecimento das mulheres para reivindicarem o acesso e controle sobre a terra e outros recursos naturais.

Direitos das mulheres à terra em Moçambique

Moçambique reconhece oficialmente as mulheres como co-titulares de terras, por exemplo através do DUAT (*Direito de Uso e Aproveitamento da Terra* ou o 'direito de usar e explorar a terra') e do seu novo programa governamental Terra Segura. Todos os membros da comunidade (incluindo mulheres) têm o direito de participar na tomada de decisões. Mas, na prática, devido as normas tradicionais as mulheres adquirem a terra por meio de um parente do sexo masculino. Muito poucas mulheres possuem títulos de propriedade em seus próprios nomes. Além disso, raramente é permitido que as mulheres participem nos processos de tomada de decisão.

Quando uma mulher tem acesso à terra, o seu acesso é muito inseguro. A pesquisa WLRA mostrou que mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas são particularmente vulneráveis a perder as suas terras que lhes são retiradas pelas famílias e pelos seus ex-sogros. As suas vulnerabilidades são também agravadas por factores externos. A crise do VIH-SIDA fez com que muitas mulheres jovens se tornassem viúvas. A terra, está a ser recuperada pelos deslocados ou refugiados que regressam após a guerra civil, que terminou em 1992 com a assinatura do acordo de paz de Roma entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o governo da Frente de



Libertação de Moçambique (FRELIMO). E tanto homens quanto mulheres têm medo de perder as suas terras que podem ser retiradas pelo o governo ou pelo sector privado devido à pressão crescente de aquisições de terras em grande escala por grandes investidores

Rumo a mudança social

O acesso à informação, conhecimento local e dados de base são cruciais para compreender as complexidades dos direitos da mulher à terra no terreno, para conceber intervenções adaptadas e defender o acesso da mulher à terra e riquezas naturais a nível local, nacional e internacional. Também fornece um espaço para a sinergia de ideias entre o conhecimento e a acção.

['O importante desafio que as pessoas estão a enfrentar é a falta de conhecimento. Queremos apoiar as mulheres com a obtenção de um DUAT por exemplo. Esse é um dos melhores mecanismos de defesa.']

Inez, activista local e membro do grupo das mulheres de Sofala

Com base na pesquisa de acção, oficinas comunitárias e construção de movimentos, o programa da WLRA identificou três práticas que são cruciais para ter um impacto sobre as abordagens comprovadas em Moçambique, e assumir a liderança para incorporar os direitos da mulher à terra na agenda nacional e internacional:

Advocacia baseada em evidências

As oficinas comunitárias, ajudaram a gerar dados sobre as comunidades e ofereceram visões claras sobre as prioridades das mulheres quando se trata de questões sobre a terra. Esta informação local é crucial, uma vez que torna visíveis as





prioridades das comunidades, e fornece-lhes as informações necessárias para estimular a acção no terreno e influencia os decisores políticos e outras autoridades.

Acção coletiva e construção de um movimento de base

Através de formas de acção coletiva, as mulheres são capazes de ajudar umas às outras a sensibilizar sobre os direitos da mulher à terra, em perseguição dos títulos de propriedade, ou estimulando a solidariedade entre as vítimas dos sistemas patriarcais opressivos. A colaboração entre organizações baseadas na comunidade, associações de agricultores e grupos de ajuda de mulheres, tais como na conferência nacional de mulheres rurais. Apoiou as mulheres rurais a expressarem as suas preocupações sobre a perda das suas terras retiradas pelos governos e pelo sector privado, e exigiram que os quadros legais (como a Lei de Terras e o Direito da Família) sejam respeitados e cumpridos. Também deu às mulheres a oportunidade de fazerem a sua voz se tornar mais forte contra as ameaças externas, e criou um espaço para a sinergia de ideias entre o conhecimento e a acção.

Campeãs locais

Mobilizar defensores locais (militantes, activistas) para actuar como modelos e pontes entre as comunidades e autoridades, é fundamental para ampliar as iniciativas locais. Em Moçambique, tanto a ADECRU como o Fórum Mulher utilizam uma rede local disseminada de campeãs locais que partilham os seus conhecimentos, experiências e criam um terreno comum para a acção.

Passos práticos para o impacto real do direito da mulher à terra Este documento de trabalho mostrou as complexidades que estão por detrás do acesso e controlo das mulheres sobre a terra em Moçambique. O Fórum Mulher, a ADECRU e a LANDac colaboraram com sucesso para alcançar um grande número de pessoas e obter uma melhor compreensão da dinâmica dos

direitos da mulher à terra em Moçambique. O desafio agora é continuar a aproveitar o momento criado pela WLRA.

Educar para construir a capacidade

- Os membros da comunidade muitas vezes não sabem que, por lei, eles têm direitos sobre a terra comunitária e podem reivindicá-los, se necessário. Educar sobre as leis da terra para que mulheres e homens possam entender os seus direitos.
- Investir em oferecer às mulheres rurais com as habilidades para perseguirem os seus direitos à terra. As mulheres devem ter a facilidade de construir as suas próprias experiências, narrativas e percepções.
- Perceber os direitos à terra das mulheres, requer uma mudança na cultura patriarcal. As alocações de terras, sucessões, transferências e processos de registo de terras da comunidade, devem se esforçar para respeitar e defender o direito da mulher.

Investir nas iniciativas e movimentos das mulheres rurais

- Investir na construção e fortalecimento dos movimentos de mulheres rurais para que as vozes das mulheres sejam realçadas: defender as suas próprias prioridades, engajar-se no diálogo sobre políticas e exigir responsabilidade, especialmente na implementação de políticas.
- Apoiar os campeões locais, como modelos a seguir e envolver as autoridades locais e outras figuras sociais influentes em acções conjuntas para a transformação social e para aumentar a legitimidade social dos direitos da mulher à terra.
- Dar às mulheres uma voz mais forte. Uma estratégia eficaz é apoiar grupos de mulheres e iniciativas locais de acção coletiva.





Documentação e advocacia

- Tornar as vozes e as histórias das mulheres mais visíveis através das reuniões da comunidade, e do uso de vídeos para documentar suas experiências e preocupações. Isso estimula a coesão da comunidade e a acção coletiva no terreno.
- Aumentar a consciência nas comunidades locais sobre o direito da mulher e dos homens à terra, mesmo sob o direito consuetudinário, sem DUATS formais. As actividades dos parceiros locais mostram que é necessário espaço para isso, e é o que funciona na prática, como narrativa, poesia e documentários.
- Promover a colaboração com o Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique para capturar a situação dos dados da linha de base, sobre o estado actual relativo aos Direitos da mulher à terra no país.

Implementar a mudança

- Direcção políticas e acções que ofereçam a administração dos recursos naturais às mulheres. Por exemplo, simplificar o processo de solicitação de DUATs através do programa Terra Segura.
- A Declaração da Conferência da Mulher, Terra e Alternativas de Desenvolvimento (ADECURU e Fórum Mulher 2018), descreve as demandas das mulheres rurais e o caminho para a mudança. Apoiar o desenvolvimento de um quadro, para implementar mudanças no terreno. Isso exigirá apoio e investimento daqueles envolvidos em questões de terras, incluindo organizações da sociedade civil, agências estatais, governos municipais, judiciários e parceiros de desenvolvimento. A implementação acelerada de algumas acções-chave, é um investimento prioritário para tornar realidade os direitos da mulher à terra.
- Plataformas multidisciplinares – trabalhar com o governo, autoridades locais, parceiros de desenvolvimento, mulheres rurais e outros, lá onde a acção mais transformadora ocorrerá. A chave para o sucesso, é proporcionar às mulheres rurais o espaço suficiente para participarem.

Mozambique partners WLRA



Referências

ADECURU e Fórum Mulher (2018) Declaração da Conferência da Mulher, Terra e Alternativas de Desenvolvimento. <https://adecru.files.wordpress.com/2018/06/declarac3a7c3a3o-das-mulheres-rurais.pdf>

Sobre o programa assegurar o direito da mulher à terra no continente africano

A LANDac – em cooperação com a ADECURU e o Fórum Mulher, implementou um programa de pesquisa de acção de um ano, para assegurar os direitos da mulher à terra em África: Para o impacto real no Senegal, Kenya, Malawi e em Moçambique (programa WLRA). O programa, financiado pelo Ministério de Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos, visa identificar, construir e aumentar as práticas bem-sucedidas, e as experiências das organizações de base e movimentos que trabalham para fortalecer as mulheres a terem o acesso e o controlo sobre a terra e as riquezas naturais no continente africano. Para mais informações sobre o programa e este resumo de política em particular, por favor entre em contato com Griet Steel (g.steel@uu.nl) ou visite: www.landgovernance.org

Citação:

Hartlief, V, Ntauazi, C, Razão Deus, N, Santpoort, R e Steel, G (2018) Fazer avançar os Direitos da mulher à terra em Moçambique. Resumo de Política 2: Assegurar os direitos da mulher à terra no continente africano, LANDac: Utrecht.

Autores: Vivian Hartlief,¹ Clemente Ntauazi,² Nzira Razão Deus,³ Romy Santpoort¹ e Griet Steel¹
1 LANDac, 2 ADECURU, 3 Fórum Mulher

Fotos: Vivian Hartlief (salvo outrora indicado)
Projeto: Michelle McLinden-Nuijen (LANDac) e Margot Stoete (Utrecht University)

Editado por: Holly Ashley, escritor freelancer, editor e redactor
Tradução: Biana Virgy, Polyglot Services Ltd.

Aviso legal: O programa foi financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e supervisionado pela LANDac, Universidade de Utrecht da Holanda sobre a governança da terra para um desenvolvimento equitativo e sustentável. A opiniões e pontos de vista expressos neste documento, pertencem aos autores e não necessariamente à LANDAC ou aos seus parceiros.